



Estudos e Pesquisas em Psicologia

ISSN: 1808-4281

Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Psicologia

Figueiredo, Vanessa Catherina Neumann; Reis, Paulo César Rodrigues dos
Precarização Social e Fragilização Psíquica na Situação
de Desemprego Severo no Município de Corumbá, Brasil
Estudos e Pesquisas em Psicologia, vol. 21, núm. 2, 2021, Maio-Agosto, pp. 437-453
Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Psicologia

DOI: <https://doi.org/10.12957/epp.2021.61050>

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=451870599004>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais informações do artigo
- Site da revista em redalyc.org

redalyc.org

Sistema de Informação Científica Redalyc
Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal
Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa
acesso aberto

Precarização Social e Fragilização Psíquica na Situação de Desemprego Severo no Município de Corumbá, Brasil

Vanessa Catherina Neumann Figueiredo*

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS, Corumbá, Mato Grosso do Sul, Brasil

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0062-9234>

Paulo César Rodrigues dos Reis Filho**

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS, Corumbá, Mato Grosso do Sul, Brasil

ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-0722-5096>

RESUMO

Este artigo identifica a presença de sofrimento psíquico e social em desempregados e analisa sentimentos e impactos decorrentes da busca frustrada por trabalho em Corumbá, Mato Grosso do Sul, Brasil. Realizou-se uma pesquisa transversal em 2017 e 2018 com 200 desempregados em curta e longa duração, os quais responderam a um questionário sócio-demográfico e à Escala de Avaliação de Sofrimento Psíquico-social de Trabalhadores Desempregados. Com idade média de 33 anos, 50,5% eram casados, 47,5% tinham ensino médio e 50% estavam em desemprego severo. Dos 46,5% com renda, apenas 10,5% recebiam seguro-desemprego, e 22,5% dos 60% informais não recebiam pagamento. Os principais sentimentos e eventos sociais relatados foram tristeza (77,5%), vergonha (76,5%), ansiedade (71,0%), dificuldade em fazer amizades (31,0%) e perda de confiança social (27,5%). Embora a análise conjunta dos dois fatores tenha apontado para o sofrimento em apenas 7,5%, a associação entre sofrimento psíquico e desemprego severo ($p=0,002$) demonstra a vulnerabilidade psíquica relacionada à situação de precarização.

Palavras-chave: trabalho informal, desemprego, privação social, sofrimento.

Social Precariousness and Psychic Frailty in the Situation of Severe Unemployment in Corumbá, Brazil

ABSTRACT

This paper identifies the presence of psychological and social suffering, and analyzes feelings and impacts derived from the unemployment situation in Corumbá, Mato Grosso do Sul, Brazil. A cross-sectional research was carried out in 2017 and 2018 in Corumbá, Mato Grosso do Sul, Brazil. The study included 200 short and long-term unemployed, who answered a sociodemographic questionnaire and the Psychosocial Suffering Scale of Unemployed Workers. With an average age of 33 years, 50.5% were married, 47.5% had high school and 50% were in severe unemployment. Of the 46.5% with income, only 10.5% were related to

unemployment insurance, and 22.5% of the informal 60% did not receive payment. The main feelings and social events reported were sadness (77.5%), shame (76.5%), anxiety (71.0%), difficulty in making friendships (31.0%) and loss of social trust (27.5%). Although the joint analysis of the two factors pointed to suffering in only 7.5%, the association between psychological suffering and severe unemployment ($p = 0.002$) demonstrates the psychological vulnerability related to the precarious situation.

Keywords: informal work, unemployment, social deprivation, suffering.

Precarização Social y Debilidad Psíquica en la Situación de Desempleo Severo en Corumbá, Brasil

RESUMEN

Este trabajo identifica la presencia de sufrimiento psicológico y social en desempleados y analiza los sentimientos e implicaciones sociales resultantes de la situación de desempleo en Corumbá, Mato Grosso do Sul, Brasil. En 2017 y 2018 se realizó una encuesta transversal con 200 desempleados a corto y largo plazo, que respondieron un cuestionario sociodemográfico y la Escala de Sufrimiento psíquico-social de Trabajadores Desempleados. Con una edad promedio de 33 años, 50.5% estaban casados, 47.5% tenían la escuela secundaria y 50% estaban severamente desempleados. De 46.5% con renta, solo 10.5% recibieron seguro de desempleo, y 22.5% del 60% informal no recibieron el pago. Los principales sentimientos y eventos sociales reportados fueron tristeza (77.5%), vergüenza (76.5%), ansiedad (71.0%), dificultad para hacer amigos (31.0%) y pérdida de confianza social (27.5%). Aunque el análisis conjunto de los dos factores haya apuntado al sufrimiento en solo 7.5%, la asociación entre sufrimiento psicológico y desempleo severo ($p=0,002$) demuestra la vulnerabilidad psicológica relacionada con la precarización.

Palabras clave: trabajo informal, desempleo, privación social, sufrimiento.

A atual conformação do mundo do trabalho e a falta de efetivação das políticas públicas de emprego não têm garantido a inserção ocupacional em condições justas e salutaras para toda a população (Leal, 2011). Desde 1990, o ideário neoliberal reforça a importância de garantir o desenvolvimento econômico do país através da maior competitividade, alçada com a reestruturação de base microeletrônica, privatizações e novas técnicas de gestão. Acompanhada de cortes nos recursos para educação, seguridade e saúde, a passagem do capitalismo industrial para a acumulação flexível tem destituído direitos protetivos, desmontado os coletivos e as resistências sindicais (Machado, Giongo, & Mendes, 2016).

O esmorecimento da sociedade salarial e o paulatino processo de implementação do Estado mínimo deterioraram as condições laborais e de vida, sendo cada vez mais frequente a instabilidade dos contratos temporários e atípicos, uberizados, terceirizados, a domicílio e em tempo parcial. Este largo processo de precarização social e do trabalho tem como consequência o aumento do desemprego estrutural e da informalidade, situação agravada no país após 2014, momento em que o impacto da conjuntura econômica global intensificou a crise política e a recessão econômica nacional.

Pochmann (2018) mostra o avanço da taxa de desemprego aberto ¹ em 101,5% entre 2014 e 2018, chegando a 27,7% as pessoas economicamente ativas subocupadas, grupo este composto por desalentados e pelos que gostariam de incrementar sua jornada e seus ganhos ². Justificadas pelo governo como meio de gerar empregos, as medidas de desregulamentação do trabalho e desoneração da folha de pagamento previstas com a aprovação das leis nº 13.467 (2017) e 13.429 (2017) empurram 41,1% à informalidade ³, com queda no rendimento médio e aumento da taxa de desemprego prolongado ⁴ (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos [Dieese], 2019) ⁵.

Assumindo como mais adequada a concepção de desemprego ampliado elaborada pelo Dieese e Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados [Seade] (Dieese, 2016), o acréscimo de pessoas sem registro e sem direitos trabalhistas, subutilizadas, com jornadas instáveis e baixos salários reverbera na alta taxa de desemprego oculto por trabalho precário e por desalento ⁶. Este indicador permite captar as múltiplas e desiguais formas de inserção e de condição laboral dos que se encontram no intervalo limite entre ocupados, desocupados e inativos, sinalizando o caminho a ser tomado pelas políticas públicas de emprego, trabalho e renda para serem priorizados os segmentos mais fragilizados (Dieese, 2016).

Além da penúria econômica, longos períodos na situação de desemprego dissolvem os vínculos sociolaborais anteriormente estabelecidos e diminuem a oportunidade de recolocação formal, o que agrava a privação e o sentimento de desfiliação. Considerando o aumento da chance de isolamento social quanto maior for o tempo de busca por emprego (Castel, 2010), a necessidade de sobreviver e de fugir da exclusão faz grande parte da população ativa se submeter a ocupações regidas por vínculos singulares ou sem qualquer contrato. O trabalho informal, caracterizado por ofertar condições insatisfatórias e ganhos insuficientes ao sustento pessoal/familiar, inviabiliza a própria qualificação, aumenta a dificuldade de entrada regular e de melhoria de renda no transcorrer da vida e se relaciona a piores condições de saúde (Bernardino & Andrade, 2015).

Para Paugam (2003), a trajetória ocupacional inferiorizada leva a uma inclusão social fragilizada e à dependência do Estado, condição marginalizante que se articula à precariedade econômica e à percepção de ser julgado incapaz, o que afeta e quebra a identidade construída enquanto trabalhador assalariado. A experiência do desemprego impede a mediação proporcionada pelo trabalho entre o singular e o coletivo, prejudicando o poder do reconhecimento para o alcance da saúde mental (Dejours, 2011; Lhuillier, 2014). A incerteza do universo laboral contemporâneo impacta na construção dos vínculos e na identidade profissional, fomentando condutas de competição e individualismo atreladas à solidão frente às adversidades e ameaças (Seligmann-Silva, 2015).

Barros e Oliveira (2009) identificaram em desempregados o sentimento de vergonha e de culpa por não poderem ajudar nas despesas domésticas, constatando o risco aumentado dessa população desenvolver doença mental severa e sintomas de depressão (Wang et al., 2014). Sobre isso, Silva, Cardoso, Saraceno e Almeida (2015) avaliaram os períodos de crise econômica como de alto risco ao bem-estar mental, estando o desemprego associado ao agravamento de perturbações depressivas, ansiedade, consumo de substâncias e suicídio. Chen et al. (2012) também constataram maior prevalência de casos de depressão em indivíduos em situação de desemprego severo, comparados a grupos de pessoas empregadas ou inativas há menos tempo.

Estudos sobre desemprego de longa duração no Brasil têm traçado o perfil demográfico deste grupo e suas vulnerabilidades, constatando o aumento da ocorrência e do tempo médio de desocupação, fatores que estão ligados à maior dificuldade de reinserção laborativa e maior chance de entrada no trabalho informal e precário (Arruda, Guimarães, & Castelar, 2017). Considerando o atual cenário econômico e o problema mundial do desemprego, escassa tem sido a contribuição da Psicologia sobre o tema (Coelho-Lima, Costa, & Bendassolli, 2013). Levando em conta a gravidade dos impactos à vida e à saúde mental de um grande contingente de trabalhadores no mundo e a tendência de crescimento do desemprego de longa duração (>1 ano) (Teixeira, 2017), esta pesquisa teve como objetivo identificar a presença de sofrimento psíquico e social, bem como analisar a ocorrência de sentimentos e de impactos sociais decorrentes da busca frustrada por emprego no município de Corumbá, Mato Grosso do Sul.

Método

Foi realizado um estudo quantitativo de corte transversal, recorrendo-se à psicossociologia para explorar a dinâmica individual e coletiva inscrita no fenômeno estudado (Lhuillier, 2014). Participaram 200 homens em situação de desemprego aberto ou oculto, residentes na cidade de Corumbá, Mato Grosso do Sul, Brasil em 2017 e 2018 ⁷. Para a delimitação dos grupos a serem estudados foram seguidos os critérios metodológicos do Dieese (2016) para a definição de desemprego aberto e oculto por trabalho precário, abrangendo tanto os indivíduos que se encontravam em situação involuntária de não trabalho por falta de oportunidades de emprego, como também os que exerciam trabalho irregular e desejavam mudar sua condição. Foram excluídos da pesquisa os que tinham vínculo formal de trabalho. Os critérios de inclusão foram ter idade igual ou maior de 18 anos e ser cadastrado para vagas de emprego na Casa do Trabalhador do município, agência pertencente à Fundação do Trabalho de Mato Grosso do Sul, gerida pelo Governo do Estado do Mato Grosso do Sul e criada em convênio com o Ministério do Trabalho e do Emprego (Fundação do Trabalho de Mato Grosso do Sul [Funtrab], 2014).

Procedimentos e Considerações Éticas

A coleta de dados ocorreu entre setembro de 2017 e fevereiro de 2018 na Casa do Trabalhador, instituição cuja meta é disponibilizar ações e serviços disponíveis no Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda, assim como favorecer a inclusão socioprofissional ao fazer a intermediação trabalhador-empregador (Funtrab, 2014). Os participantes eram abordados na sala de espera da instituição; quando enquadrados nos critérios estabelecidos eram convidados a responder aos instrumentos, mediante a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Esse estudo seguiu as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos definidas pela Resolução 466/96 do Conselho Nacional de Saúde, e teve aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul em 31/05/2016, sob o CAAE 55114516.6.0000.0021

Instrumentos

Foi aplicado questionário Sócio Demográfico contendo 47 perguntas abertas e fechadas condizentes ao perfil (estado civil, idade, filhos, escolaridade, qualificação, formação para garantir emprego, computação, percepção sobre sua escolaridade, objetivo profissional); moradia (tipo de casa, localização do imóvel, itens de onde reside, número de pessoas que moram na casa, benefício do governo); situação de trabalho e honorários (idade de inserção no mercado de trabalho, rendimento atual, participação na renda familiar, salário, se realiza atividade informal, percepção sobre o reconhecimento profissional de homens); procura de emprego (número de pessoas que não tinham emprego na residência, estratégias adotadas para conseguir emprego, tempo de procura, assistência, informações obtidas e número de entrevistas para emprego que foi chamado através da Casa do Trabalhador, recusa de emprego, disponibilidade e salário exigido, obstáculos percebidos e qualidades individuais para conseguir emprego, percepção de oportunidades de trabalho para homens e mulheres); situação de saúde (doenças, medicamentos, classificação da saúde, problemas emocionais). Foi também aplicada a Escala de Avaliação de Sofrimento Psíquico-social de Trabalhadores Desempregados (EASPSTD) (Veiga & Silva, 2007), instrumento do tipo *likert* constituído por dois fatores concernentes ao sofrimento psíquico (oito itens) e sofrimento social (cinco itens), e que possui qualidade psicométrica satisfatória, com coeficiente de fidedignidade Alfa de Cronbach 0,83.

Análise de Dados

Os dados coletados foram inseridos no programa de análise estatística *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS), na versão 20. A análise descritiva considerou a frequência, desvio padrão, médias e possíveis correlações entre as variáveis. A análise isolada do questionário permitiu traçar o perfil demográfico e ocupacional dos participantes, obtendo-se a frequência e médias de todas as questões, e a avaliação da escala possibilitou a análise da frequência, média e o desvio padrão. Para a análise do sofrimento psíquico foram considerados os itens de 1 a 8, e para o sofrimento social os itens de 9 a 13, assumindo-se o escore ≥ 3 como o valor indicativo de sofrimento psíquico e social. Foi analisada a associação entre o tempo de desemprego e a média do fator psíquico e social no grupo em busca de trabalho até 12 meses, em comparação com o que estava em situação de desemprego

severo (mais de um ano) (Teixeira, 2017). Também foi analisada a associação entre as variáveis socioeconômicas e demográficas e o tempo de desemprego.

Resultados e Discussão

A idade média dos 200 participantes foi de 33 anos (DP = 11,18), 50,5% (n=101) eram casados, 62,5% (n=125) tinham filhos, apenas 6% (n=12) apresentavam ensino superior completo, 47,5% (n=95) tinham ensino médio completo, 25,5% (n=51) ensino fundamental completo, para 21% (n=42) com ensino fundamental incompleto. Apesar da maior parcela dos participantes ter apresentado ensino médio completo, apenas 17% (n=34) possuíam alguma qualificação profissional, tornando a concorrência mais difícil e alargando o tempo sem emprego formal, estando 50% (n=100) dos participantes em busca de trabalho com vínculo empregatício há mais de um ano.

Tabela 1

Avaliação do tipo de desemprego relatado por homens em Corumbá - MS, conforme o tempo de busca por trabalho formal, em 2017 e 2018

Tipo de desemprego	Tempo de desemprego		Total	p-valor
	Até 1 ano	Mais de 1 ano		
Desemprego oculto por trabalho precário	29,00%	31,00%	60,00%	0,564
Desemprego aberto	21,00%	19,00%	40,00%	
TOTAL	50,00%	50,00%	100,00%	

Dos 60% (n=120) que se encontravam na informalidade, 22,5% (n=27) não recebiam qualquer pagamento ou salário pelo serviço prestado, demonstrando um tipo de pobreza relacionada ao esmorecimento do assalariamento e da proteção previdenciária anteriormente inspirada pelo Bem-Estar Social (Machado et al., 2016). Tanto os trabalhadores que se encontravam em uma relação contratual à margem da legislação e do pagamento de impostos como os que estavam em desemprego aberto afirmaram dificuldade em acessar os benefícios previdenciários e a rede de cobertura assistencial. Entre os 46,5% (n=93) que relataram algum tipo de ganho, apenas 10,5% (n=21) recebiam seguro-desemprego, revelando a dificuldade de acesso ao auxílio garantido na Constituição. A exigência de maior tempo comprovado em carteira e o condicionamento das parcelas à frequência em capacitações e qualificação⁸, as

poucas opções de cursos gratuitos na cidade e sua divulgação exclusivamente no *site* da Funtrab tolhiam o recebimento do direito.

As falhas concernentes à responsabilidade estatal de prover apoio financeiro e favorecer a empregabilidade fragilizavam ainda mais os desempregados de longa duração, negligenciados em sua dificuldade de concorrer por vagas com ilimitadas solicitações por competências, habilidades e formação (Teixeira, 2017). Entre os participantes, somente dois entrevistados relataram encaminhamento para capacitação através da Casa do Trabalhador, situação insuficiente que ao longo do tempo contribuía para o arranjo em trabalhos precários.

Mesmo estando 84% (n=168) dispostos a aceitar qualquer proposta de emprego, com carteira de trabalho assinada (48,5%; n=97) ou pagamento de um salário mínimo (49%, n=98), 59,5% (n=109) nunca foram encaminhados para vagas e 28% (n=56) só tinham passado uma vez por entrevista. Assim, apesar de não ter sido constatada relação estatisticamente significativa entre tempo e tipo de desemprego, observou-se a tendência do grupo em desemprego aberto (n=80) se inserir em trabalhos precários informais após um ano de procura frustrada por emprego (n=120).

Mercado de Trabalho em Corumbá

Os participantes investigados procuravam principalmente vagas de serviços gerais (21%), pedreiros/construção civil (14,5%), assistentes administrativos (14%), mecânicos (6,5%) e motoristas (5%). Embora fossem predominantemente de curta duração e baixa remuneração, as poucas oportunidades nas áreas pretendidas tornavam a concorrência acirrada e elevavam as exigências de qualificação, escolaridade e competências/comportamentos alinhados aos processos organizativos, como terem valores/responsabilidade (57,0%), serem batalhadores (51,5%) e saberem trabalhar em equipe (53,5%), mesmo relatando como principais obstáculos para sua inserção formal a falta de emprego (71,5%), de experiência (69,0%) e de estudo (59,0%).

Dos 28 participantes que buscavam vagas de assistente administrativo, 53,5% se encontravam em desemprego aberto. Embora 92,8% apresentassem ensino médio completo, 75% tinham entre 18 e 25 anos, sendo a dificuldade empregatícia relacionada à falta de comprovação da experiência profissional, corroborando o alargamento do fenômeno também no grupo de jovens com maior escolaridade (Teixeira, 2017).

A falta de comprovação de experiência aliada à falta de qualificação foram os fatores determinantes para o caso dos 10 motoristas entrevistados, em que nenhum portava

certificados de cursos exigidos por empresas para dirigirem veículos de grande porte, 50% tinham o ensino fundamental completo, 20% começaram a trabalhar antes dos 14 anos, 30% estavam na faixa etária de 36 a 45 anos e 80% não possuíam rendimentos, mesmo com 50% realizando trabalhos informais em outras áreas.

Os 13 mecânicos desempregados caracterizavam-se por estarem na informalidade (53,8%), não portando comprovação de experiência nem escolaridade desejada pelos empregadores, posto que 38,4% não tinham completado o ensino fundamental, 46,1% estavam na faixa entre 26 e 35 anos e 84,6% tinham filhos(as).

Esta situação foi semelhante aos 29 trabalhadores da construção civil, entre os quais 37,9% apresentavam idade entre 26 e 35 anos, 37,9% tinham começado a trabalhar antes dos 14 anos, 72,4% possuíam filhos(as) e 27,5% não tinham concluído o ensino fundamental, estando 75,8% em situação de desemprego oculto por trabalho precário.

Entre os 42 que estavam em busca de vagas de serviços gerais, 35,7% também não haviam concluído o ensino fundamental, 40,4% tinham entre 18 e 25 anos, 52,3% possuíam filhos(as) e 73,8% encontravam-se em situação de desemprego oculto.

Entre os 200 participantes, 19,5% começaram a trabalhar antes dos 14 anos, condição que leva à menor chance de capacitação e à reprodução da pobreza, já que a falta de ter como comprovar a experiência aumenta a dificuldade de inserção com carteira de trabalho assinada. A inclusão ocupacional precoce dificulta o acesso e permanência na escola e limita a perspectiva de renda e de salário futuro, podendo afetar a saúde pelo trabalho precário realizado em tenra idade (Freitas, Silva, & Lima, 2017).

Repercussões Psíquicas e Sociais do Desemprego

O sofrimento social gerado pela desproteção e/ou perda dos benefícios garantidos pelo assalariamento causa insegurança, fragiliza a subjetividade e se vincula ao sofrimento psíquico (Werlang & Mendes, 2013). Em períodos de crise econômica, a impotência em modificar a própria situação ocupacional pode se manifestar em estados depressivos, sintomas de ansiedade e reações psicossomáticas (Xavier, 2016).

Tabela 2

Sentimentos relatados por homens em situação de desemprego (aberto e oculto por trabalho precário) em 2017 e 2018, no município de Corumbá - MS.

Sofrimento psíquico	Categorias		Total
	Às vezes, Frequentemente e Sempre % (n)	Nunca e Raramente % (n)	
Tristeza	77,5% (155)	22,5% (45)	100% (200)
Vergonha	76,5% (153)	23,5% (47)	100% (200)
Ansiedade	71,0% (142)	29,0% (58)	100% (200)
Angústia	62,0% (124)	38,0% (76)	100% (200)
Medo	62,0% (124)	38,0% (76)	100% (200)
Insegurança	60,5% (121)	39,5% (79)	100% (200)
Estresse	58,0% (116)	42,0% (84)	100% (200)
Desânimo	53,5% (107)	46,5% (93)	100% (200)

Conforme Barros e Oliveira (2009), o discurso ideológico vigente de autorresponsabilização é fonte de culpa, tristeza, vergonha, sensação de desamparo e de exclusão, abalando a autoestima e a confiança. A vergonha de perder ou não conseguir um emprego está ligada ao constrangimento e humilhação de ter expostas as próprias falhas e insuficiências (Goffman, 2014), situação que afeta a identidade e as relações familiares, não apenas pela ausência de salário (53,5%, n=107), mas também por conta da retirada de seu estatuto de provedor e chefe de família (Sousa, 2015; Teixeira, 2017). Tendo em vista que 50,5% (n=101) dos participantes eram casados e 43% (n=86) tinham dois ou mais filhos(as), estas alterações na dinâmica familiar merecem maior atenção, pois, conforme Souza e Benetti (2008), pais desempregados se desentendem e têm mais desavenças com companheiros(as) e filho(as) em comparação a trabalhadores empregados e com salário.

Independentemente de serem detentores de alta escolaridade ou capacitações, os desocupados são vistos com descrédito por não portarem as competências necessárias às exigências empregatícias. Para Paugam (2003), a desqualificação social vinculada ao percurso ocupacional de perdas e fracassos gera tristeza, emoção que quando perdura pode ser constituinte do quadro depressivo (Santos, 2015), e avoluma a sensação de desalento, de angústia e de exclusão. Sobre isso, o grupo em desemprego severo apresentou maior frequência de sintomas psíquicos (32,4%, n=65), corroborando a associação já constatada entre a situação desfavorável de longa duração e a maior intensidade, quantidade de sintomas e prevalência de depressão (Chen et al., 2012; Xavier, 2016), condição que contribui para a deterioração da saúde e para o aumento do risco de suicídio (Santos, 2015).

Tabela 3

Presença de sofrimento psíquico em homens desempregados no município de Corumbá – MS em 2017 e 2018, conforme o tempo de desemprego (aberto e oculto por trabalho precário)

Sofrimento psíquico (Média das questões 1 a 8)	Tempo de desemprego		Total	p-valor
	Até 1 ano	Mais de 1 ano		
Não (<3)	28,50%	17,50%	46,00%	0,002**
Sim (>=3)	21,50%	32,50%	54,00%	
TOTAL	50,00%	50,00%	100,00%	

Nota. **valores significativos $p < .05$; **valores muito significativos $p < .01$;
***valores altamente significativos $p < .001$

Sobre o fator social, somente 10,5% (n=21) dos participantes apresentaram escores ≥ 3 (M = 1,6), sugerindo a importância da manutenção dos vínculos e da confiança de familiares no enfrentamento às incertezas, medo e desânimo (Seligmann-Silva, 2015).

Tabela 4

Repercussão social derivada da situação de desemprego reportada por homens no município de Corumbá – MS, em 2017 e 2018

Sofrimento social	Respostas		Total
	As vezes, Frequentemente e Sempre	Nunca e Raramente	
Dificuldade em fazer amizades	31,0% (62)	69,0% (138)	100% (200)
Perda de confiança social	27,5% (55)	72,5% (145)	100% (200)
Perda de confiança familiar	15,5% (31)	84,5% (169)	100% (200)
Privação da diversão	15,5% (31)	84,5% (169)	100% (200)
Isolamento	15,5% (31)	84,5% (169)	100% (200)

Conforme Teixeira (2017), a lealdade encontrada nas relações particulares tem a envergadura de integração social, de apoio ao cansaço e de refúgio às adversidades, possibilitando a reelaboração do sentido de vida e de lugar no universo do trabalho.

Considerações Finais

Considerando a maior chance de desfiliação conforme o tempo de desocupação e o descrédito interiorizado pelos que perderam a posição de assalariados/trabalhadores, os sintomas de mal-estar psíquico expressos na vergonha, culpa, tristeza, aflição e agonia alertam para o impacto social da política econômica excludente. Mesmo a análise conjunta dos dois fatores não indicando a ocorrência concomitante de sofrimento psíquico-social no geral da população investigada ($M=2,2$), o fato de 7,5% ($n=15$) terem apresentado média ≥ 3 alerta para as experiências de inferioridade ligadas ao sentimento de inutilidade e à sensação de abandono da sociedade, que podem fragilizar a saúde mental e acarretar regulações psicossomáticas, reações comportamentais, transtornos mentais e patologias sociais (Lhuillier, 2014; Prévost, 2009; Werlang & Mendes, 2013).

A constatação da associação entre a presença de sofrimento psíquico e o tempo de desemprego ($p=0,002$) aponta para a urgência de programas de acompanhamento e de intervenções psicossociais que propiciem a solidificação dos laços frente às desvantagens acumuladas durante a vida, perdas sociais e recuo da cidadania. Tal intento se mostra desafiador, pois na fuga do desamparo e do estigma ligado à desqualificação os mais vulneráveis acabam se submetendo a condições indignas de trabalho adotando, amiúde, uma posição servil face ao alinhamento político-econômico e meritocrático da sociedade. A interiorização da responsabilidade pela condição desfavorável vivenciada acaba por intensificar o próprio sofrer (Prévost, 2009; Sousa, 2015).

Ainda que o estudo tenha como limitações a análise predominantemente quantitativa do sofrimento psíquico de origem social reportado por homens de um só município, os resultados alcançados indicam o necessário preparo de profissionais para o atendimento das demandas de cuidado psicológico, econômico, familiar e social, mostrando-se imprescindível o maior investimento governamental nas políticas e programas de emprego. Também se mostra necessária a devida análise futura que pondere as consequências e os ecos psíquicos e sociais do desemprego por desalento, conforme gênero e etnia.

Referências

- Arruda, E. F., Guimarães, D. B., & Castelar, I. (2017). Uma análise do desemprego severo nas regiões sul e sudeste do Brasil em 2013. *Planejamento e Políticas Públicas (PPP)*, (48), 207-228. Recuperado de <http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/598/433>
- Barros, C. A., & Oliveira, T. L. (2009). Saúde mental de trabalhadores desempregados. *Revista Psicologia: Organizações & Trabalho*, 9(1), 86-107. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-66572009000100006&lng=pt&nrm=iso
- Bernardino, D. C. A. M., & Andrade, M. (2015). O trabalho informal e as repercussões para a saúde do trabalhador: Uma revisão integrativa. *Revista de Enfermagem Referência*, 4(7), 149-158. doi: 10.12707/RIV14049
- Brasil (2017). *Lei n. 13.429, de 31 de março de 2017*. Altera dispositivos da Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dá outras providências; e dispõe sobre as relações de trabalho na empresa de prestação de serviços a terceiros. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13429.htm
- Brasil (2017). *Lei n. 13.467, de 13 de julho de 2017*. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nos 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13467.htm
- Castel, R. (2010). *El ascenso de las incertidumbres: Trabajo, protecciones, estatutos del individuo*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.
- Chen, L., Li, W., He, J., Wu, L., Yan, Z., & Tang, W. (2012). Mental health, duration of unemployment, and coping strategy: A cross-sectional study of unemployed migrant workers in eastern China during the economic crisis. *BMC Public Health*, 12(597), 1-12. doi: 10.1186/1471-2458-12-597
- Coelho-Lima, F., Costa, A. L. F., & Bendassolli, P. F. (2013). A produção científica da Psicologia brasileira acerca do desemprego. *Universitas Psychologica*, 12(4), 1283-1299. doi: 10.11144/Javeriana.UPSY12-4.pcpb
- Dejours, C. (2011). *A banalização da injustiça social*. (7a ed.). Rio de Janeiro: FGV.

- Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. (2016). *Caderno Metodológico Observatórios do Trabalho: Conhecer para transformar*. São Paulo: DIEESE. Retirado de <https://www.dieese.org.br/metodologia/2016/cadernoMetodologicoObservatorio.html>
- Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. (2019). A perversa marcha da insensatez. *Boletim de conjuntura*, (19), 1-7. Retirado de <https://www.dieese.org.br/boletimdeconjuntura/2019/boletimConjuntura019.html>
- Freitas, C. O., Silva, F. A., & Lima, J. E. (2017). Impacto do trabalho infantil no rendimento do indivíduo adulto no mercado de trabalho formal brasileiro. *Acta Scientiarum. Human and Social Sciences*, 39(3), 281-291. doi: 10.4025/actascihumansoc.v39i3.32943
- Fundação do Trabalho de Mato Grosso do Sul. (2014). *O que é*. Mato Grosso do Sul: Governo do Estado de Mato Grosso do Sul. Recuperado de <http://www.funtrab.ms.gov.br/funtrab/o-que-e/>
- Goffman, E. (2014). Sobre o resfriamento do marca: Alguns aspectos da adaptação ao fracasso (M. G. P. Koury, Trad.). *RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, 13(39), 266-283. Recuperado de <http://www.cchla.ufpb.br/rbse/GoffmanKouryRes.pdf>
- Leal, G. F. (2011). Trabalhadores desempregados e luta coletiva: Dificuldades e possibilidades. *Caderno CRH*, 24(63), 647-662. doi: 10.1590/S0103-49792011000300012
- Lhuillier, D. (2014). Introdução à psicossociologia do trabalho. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 17(spe), 5-20. doi: 10.11606/issn.1981-0490.v17ispe1p5-19
- Machado, F. K. S., Giongo, C. R., & Mendes, J. M. R. (2016). Terceirização e Precarização do Trabalho: Uma questão de sofrimento social. *Revista Psicologia Política*, 16(36), 227-240. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2016000200007&lng=pt&tlng=pt
- Paugam, S. (2003). Desqualificação social: Ensaio sobre a nova pobreza (C. Giorgetti & T. Lourenço, Trans.). São Paulo: Educ & Cortez. (Obra original publicada em 1991)
- Pochmann, M. (2018). Desempenho econômico conjuntural e a situação recente no trabalho. *Revista NECAT*, 7(13), 11-27. Recuperado de <http://incubadora.periodicos.ufsc.br/index.php/necat/article/view/5275/5287>

- Prévost, M. (2009). La souffrance psycho-sociale: Regards de Jean Furtos. *Santé Conjuguée*, (48), 77-81. Recuperado de <https://www.maisonmedicale.org/La-souffrance-psycho-sociale.html>
- Santos, M. dos R. P. F. (2015). *Impacto do desemprego na saúde mental* (Dissertação de mestrado). Escola de Psicologia e Ciências da Vida da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, Portugal. Recuperado de http://recil.grupolusofona.pt/bitstream/handle/10437/6813/DM_M%C2%AAAdosRemedios_Santos.pdf?sequence=3
- Seligmann-Silva, E. (2015). Desemprego e desgaste mental: Desafio às políticas públicas e aos sindicatos. *Revista Ciências do trabalho*, (4), 89-109. Recuperado de <https://rct.dieese.org.br/index.php/rct/article/view/89/pdf>
- Silva, M., Cardoso, G., Saraceno, B., & Almeida, J. C. (2015). A saúde mental e a crise económica. In P. Santana (Coord.), *Território e saúde mental em tempos de crise* (pp. 61-74). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. doi: 10.14195/978-989-26-1105-1
- Sousa, J. F. C. (2015). *Desemprego: Repercussões na satisfação conjugal, na ideação suicida e nas emoções experienciadas* (Dissertação de mestrado). Instituto Universitário de Ciências Psicológicas, Sociais e da Vida, Lisboa, Portugal. Recuperado de <http://repositorio.ispa.pt/bitstream/10400.12/4614/1/22490.pdf>
- Souza, C. L. C., & Benetti, S. P. C. (2008). Paternidade e desemprego: Características do envolvimento paterno e aspectos do relacionamento familiar. *Contextos Clínicos*, 1(2), 61-71. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-34822008000200002&lng=pt&tlng=pt
- Teixeira, F. M. G. (2017). *Desemprego de longa duração: A vivência emocional dos profissionais qualificados* (Dissertação de mestrado). Faculdade de Economia da Universidade do Porto, Porto, Portugal. Recuperado de <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/108912/2/231643.pdf>
- Veiga, H. M. S., & Silva, N. I. A. (2007). Construção de escala para avaliar sofrimento psíquico-social de trabalhadores desempregados. *Avaliação Psicológica*, 6(1), 13-20. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-04712007000100003&lng=pt&nrm=iso
- Wang, Y., Lutian, Y., Li, L., Yang, X., Wu, H., Wang, J., & Wang, L. (2014). The mediating role of self-efficacy in the relationship between Big five personality and depressive

- symptoms among Chinese unemployed population: A cross-sectional study. *BMC Psychiatry*, 14(61), 1-8. doi: 10.1186/1471-244X-14-61
- Werlang, R., & Mendes, J. M. R. (2013). Sofrimento social. *Serviço Social & Sociedade*, (116), 743-768. doi: 10.1590/S0101-66282013000400009
- Xavier, M. T. C. (2016). *O desemprego de longa duração: aspectos sociodemográficos e as vivências do indivíduo desempregado* (Dissertação de mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, Brasil. Recuperado de https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/22361/1/MairaTrajanoCostaXavier_DISSERT.pdf

Endereço para correspondência

Vanessa Catherina Neumann Figueiredo

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Avenida Rio Branco, 1270, sala G1, Vila Mamona, Corumbá - MS, Brasil. CEP 79.304-902

Endereço eletrônico: vanessa.figueiredo@ufms.br

Paulo César Rodrigues dos Reis Filho

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Avenida Rio Branco, 1270, sala G1, Vila Mamona, Corumbá - MS, Brasil. CEP 79.304-902

Endereço eletrônico: pcreis87@gmail.com

Recebido em: 18/11/2019

Reformulado em: 10/05/2020

Aceito em: 03/07/2020

Notas

* Doutora em Saúde Coletiva (UNICAMP). Professora da graduação em Psicologia e mestrados em Educação e Estudos Fronteiriços da UFMS/Cpan.

** Bacharel em Psicologia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus do Pantanal, foi Bolsista PIBIC do CNPq – Brasil entre 2016 e 2018.

¹ Semelhante ao indicador de desemprego usado na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [PnadC/IBGE], a taxa de desemprego aberto do Dieese agrega o grupo de pessoas que procuraram trabalho no mês anterior à Pesquisa de Emprego e Desemprego [PED] e não exerceram qualquer atividade ocupacional na última semana (Dieese, 2016).

² Os dados citados são originários da Pnad/IBGE, e foram analisados pelo autor conforme os indicadores do Dieese.

³ O Dieese considera a informalidade como um dos aspectos do mercado de trabalho brasileiro, caracterizado por desproteção legal, trabalhista e sindical.

⁴ A PED caracteriza a situação de desemprego prolongado, de longa duração ou severo a busca por emprego há mais de 1 ano, como pode ser visto em <https://www.seade.gov.br/estudo-analisa-desemprego-de-longa-duracao/>

⁵ Informação apoiada nos dados da PnadC (trimestre junho-julho-agosto/2019)

⁶ Diferente do IBGE, que considera ocupado o indivíduo que na semana anterior à PnadC/IBGE recebeu algum tipo de pagamento por trabalhar ao menos uma hora ou não recebeu pagamento, mas colaborou com atividade econômica domiciliar, a concepção ampliada desenvolvida pelo Dieese (2016) classifica o desemprego em aberto e oculto. O desemprego oculto por trabalho precário inclui as pessoas inseridas de forma irregular ou ocasional, que receberam ou não pela atividade desenvolvida, mas buscaram mudar de trabalho no mês anterior à entrevista da PED ou fracassaram nessa procura até um ano antes da pesquisa. O desemprego oculto por desalento é caracterizado por pessoas sem trabalho e que não procuraram emprego no último mês, embora tenham se esforçado em conseguir uma colocação no ano anterior à PED, indicando desânimo em continuar sua busca, seja por conta do mercado de trabalho desfavorável ou por razões imprevistas (Dieese, 2016).

⁷ No presente artigo privilegiou-se os dados dos homens da pesquisa “Prevalência de Transtorno Mental Comum e sofrimento psíquico-social de trabalhadores desempregados no Mato Grosso do Sul”. Dados sobre as mulheres desempregadas, levantados por meio da pesquisa “Prevalência de Transtorno Mental Comum (TMC) em trabalhadoras que buscam emprego: um levantamento junto a mulheres desempregadas e inseridas em trabalhos informais em Corumbá e em Campo Grande”, financiado através do Edital Chamada FUNDECT/CNPq N° 05/2011 PPP - Processo N. 23/200.710/2012 - Termo de Outorga N. 0215/12, podem ser vistos em <http://www.estudosdotrabalho.org/RRET%2015%2003.pdf>

⁸ Para informações sobre o Seguro-Desemprego Formal é possível consultar a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, alterada pela Lei n.º 8.900, de 30 de junho de 1994 e depois Lei n.º 13.134, de 16 de junho de 2015.

Financiamento: O presente trabalho foi realizado com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela concessão da Bolsa de Iniciação Científica com vigência entre 01/08/2017 a 31/07/2018, processo 138767/2017-3.

Agradecimento: O presente trabalho foi realizado com o apoio da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS/MEC-Brasil. Agradecemos à Casa do Trabalhador de Corumbá-MS, pelo espaço concedido para a realização da pesquisa.

Este artigo de revista **Estudos e Pesquisas em Psicologia** é licenciado sob uma *Licença Creative Commons Atribuição-Não Comercial 3.0 Não Adaptada*.